

1     **Ata da Reunião Ordinária do dia 06 de agosto de 2025 do Conselho Estadual dos**  
2     **Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT/PR**

3     Ao sexto dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, as nove trinta e cinco da manhã,  
4     reuniram-se no Departamento de Estrada e Rodagem, Conselheiros da Sociedade Civil: Laysmara  
5     Edoardo/Povos de Terreiro; Claudio Correa/Pescadores e Pescadoras Artesanais; Jean  
6     Barreto/Quilombola; Misael Nobre/Ilhéu; José da Silva/Ilhéus; Silvana Quintilhano/Povos de  
7     Terreiro; Conceição Evaristo/Caiçara; Suelly Souza/Cipozeira; Ana Maria dos Santos/Benzedeira;  
8     Rosemary Camara/Quilombola. Conselheiros Governamentais: Rosane Souza/SESA; Luciana  
9     Brunel/SEIL. Conselheiros Online: Tatiane Iovanovith/Povos Ciganos; Ellen Nascimento/SEEC;  
10    Aluísio Nascimento/SEDEF; Jane/SEJU; Rene Ramos/SETI Convidados/Ouvintes: Kethelen/Terra  
11    de Direitos; Baba Pedro Almeida/Casa Rosa; Vereadora Giorgia Prates; A presidente, **Laysmara**  
12    **Edoardo/Povos de Terreiro**, abriu a reunião e cumprimentou todos, em seguida deu início a  
13    apresentação das pautas. Sendo elas: Abertura e boas-vindas da Presidente; Apreciação e aprovação  
14    da pauta; Aprovação da ata de junho; Informes Gerais; Relato das Comissões; Solicitação de  
15    monumento de homenagem ao Monge João Maria na entrada do município de rebouças;  
16    Acompanhamento do edital de mapeamento dos terreiros; Divulgação de imagens de Povos Ciganos  
17    em publicações da Fundação Cultural de Curitiba; Divulgar do Grupo de Trabalho diretamente aos  
18    movimentos sociais – DPE/NUPIER; CPLI/Tombamento do Terreiro Cabana Pai Tomé e Mãe  
19    Rosária de Aruanda; Comitê Técnico Consultivo dos Povos de Terreiro – SEMIPI; Regimento  
20    Interno; Resposta da secretaria SEAB sobre o andamento e data para continuidade e execução do  
21    projeto fundação da Associação Remanescente de Quilombo Arroio Claro; CLPI dos Faxinalenses;  
22    Serviços públicos Ilha Rasa Almeida – Guaraqueçaba, posto de saúde e escola municipal Santa  
23    Terezinha; Solicitação de informações da comunidade Caiçara da Paranaguá sobre as invasões;  
24    Solicitação de mutirão do Programa do Artesanato na comunidade de cipozeiros em Paranaguá;  
25    Construção da UBS no Quilombo de Adelaide; Construção de escola municipal e CMEI São  
26    Sebastião; Asfalto na rua principal de acesso à Comunidade Quilombola Castorina Maria da  
27    Conceição; Solicitação a Gestão Municipal e todos os órgãos de segurança do município de Palmas,  
28    Polícia Civil, Militar, Força Verde, para ter especial atenção com a segurança das três comunidades  
29    quilombolas do município; Duplicação PR 407 – Litoral Pioneiro; Relatório das Secretarias de  
30    Estado referente às políticas de PCTs; Recomposição Governamental da Comissão do Edital das

31 Comunidades Negras Tradicionais; Crachás para conselheiros da sociedade civil; Apoio  
32 Institucional e financeiro para a marcha das mulheres negras; Solicitação de informações sobre o  
33 Grupo de Trabalho do POPs; Informações do cronograma da SEMIPI sobre o Plano Estadual de  
34 Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais; Participação dos PCT's no comitê  
35 interinstitucional de enfrentamento à violência contra a mulher; Alinhamento de procedimentos e  
36 linguagem entre SEMIPI e Conselheiros; Curso de capacitação política dos Conselheiros;  
37 Encerramento. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** afirma que serão trinta e três ponto de  
38 pauta e frisa a necessidade de que sejam objetivos e conduzir a discussão pensando nas sugestões e  
39 pretensões de encaminhamento, se não vai faltar tempo para discutir todas. **Pauta - Aprovação da**  
40 **Ata de Junho:** ata aprovada por unanimidade. **Pauta – Informes e Repasses: Secretária**  
41 **Executiva/Hayanne Iovanovitch:** Informa que teve apenas um pedido de alteração da conselheira  
42 representante da SEAB cujo nome não constava na ata. Também informa da solicitação feita pelo  
43 projeto de rota turística Caminhos do Peabiru de que fossem designados dois conselheiros para  
44 fazer o acompanhamento do projeto, foram indicados para diretoria executiva, após deliberação do  
45 conselho, as conselheiras Nardi/Povos Ciganos e Mãe Edna/Povos de Terreiro. Ainda, foi repassado  
46 no grupo do conselho as minutas de decreto sobre manejo de baixo impacto ambiental do IAT  
47 apresentadas na reunião anterior. O Ministério Público do Paraná informou que foi registrada uma  
48 notícia de fato, foi efetuada em 18/07/2025 na unidade de Paranaguá, com base nas declarações  
49 apresentadas pelo CEPCT, afirmaram o recebimento do ofício 107/2025/CAOP que encaminha a  
50 cópia do ofício 27/2025/CEPCT que faz a solicitação de reavaliação da ação integrada de  
51 fiscalização ambiental em Paranaguá. O Michel Baato Solicitou agenda com o presidente no dia  
52 24/07, mas foi visto posteriormente pela secretaria executiva, seria sobre A PR Litoral Pioneiro  
53 solicitou espaço para uma apresentação, com o objetivo de alinhar os principais temas sobre e foi  
54 repassada a data da plenária para participação deles. Também o conselho recebeu um convite do  
55 IPHAN para o evento “Andanças do Patrimônio”. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** Faz  
56 mais informes e repasses, agora no mês de agosto vão retomar a discussão com a coordenação de  
57 patrimônio do IPHAN, pois foi solicitado o tombamento das igrejinhas, hoje vão abordar mais a  
58 respeito. Sobre o convite do IPHAN, eles tem ainda dias 12 e 13 um seminário de patrimônio  
59 cultural em Curitiba, mas por conflitos de agenda teriam dificuldade de participar, pontua que  
60 teriam que conversar com os conselheiros gov ou sociedade civil que estão mais próximos sobre a  
61 possibilidade. Fala que terão uma reunião dia nove na Igrejinha Brasília sobre a duplicação da PR  
62 277, que diz respeito a comunidade faxinalense, será presencial e foram informados, não é a CLPI  
63 ainda somente uma reunião. Fala sobre sua participação na Conferência da Igualdade Racial, onde

esteve representante o conselho. Relata que tiveram várias circunstâncias nas quais os pontos de pauta que foram incluídos são questões referentes a resolução diante dos fatos que foram verificados, que inclusive culminaram em moção citando seu nome que se referia a SEMIPI como se ela fosse representante gov. Diz que a preocupa bastante, como discutiram ontem, a presença de apenas três quilombolas e nenhum cigano numa conferência de promoção da igualdade racial, em suma, observou a subrepresentação dos PCTs. **Jean/Quilombola:** Faz informe sobre a CLPI da PR405, fizeram em vinte e três comunidades, para tratar sobre o estudo da pavimentação da PR, fizeram contato com lideranças e divulgaram as reuniões em redes sociais e no fórum de Guaraqueçaba. Tiverem um leve problema referente a comunicação com a parte técnica do conselho, mas acredita que fizeram um trabalho muito bem feito e fizeram questão de explicar tudo para as comunidades, tentaram ser bem claros e objetivos dentro do que foi proposto. Algumas comunidades avisaram de muitas tragédias ocorridas pela falta de pavimentação da PR, informou que existe um abaixo assinado com sete mil assinaturas, pois as comunidades querem a pavimentação para atender suas necessidades, desde que também faça os procedimentos necessários para segurança das comunidades. Conta que chegaram a ir em comunidades indígenas e contaram, inclusive com a presença de um prefeito da região, foi dito por um dos caciques sobre as problemáticas com a falta de pavimentação em casos de emergência e que o projeto precisa ser feito de forma que beneficie a todos, município, Estado e as pessoas que vivem ali. **Laysmara Edoardo/Povos de Terreiro:** complementa falando que a CPLI vai ser desenvolvida agora e esse primeiro contato foi feito com vinte e três comunidades, incluindo indígenas, que não necessariamente fazem parte da alçada do conselho, mas é importante que sejam contempladas. **Misael/Ilhéus:** fala que faz parte do conselho nacional e se coloca a disposição para levar as demandas de todos os seguimentos, pois há seguimentos que não tem representação no conselho. Afirma que esta a disposição para levar as demandas de todos e todas. **Pauta – Relato das Comissões: Comissões de Educação, Direitos Humanos e Patrimônio Cultural - Protocolo 23.938.888-4: Mãe Silvana/Povos de Terreiro:** inicia o relato, trata-se de um ofício enviado pelo CEPCT à coordenação de enfrentamento a violência contra as mulheres, solicitando a criação de câmara técnica de enfrentamento a violência contras as mulheres de povos e comunidades tradicionais. A coordenação respondeu dizendo que já existia uma voltada para mulheres indígenas em situação de violência. A resposta formulada pela comissão foi que apesar de já existir a câmara voltada para mulheres indígenas de forma genérica, a proposta é que se inclua na câmara uma discussão que trate diretamente de mulheres PCT's, a sugestão é encaminhar um ofício para que seja considerado informações que contenham as especificidades das denúncias de violência contra

97 mulheres de povos e comunidades tradicionais. Questiona a plenária se o ideal seria constar no  
98 ofício todos os seguimentos para que fique evidente quem são esses povos e comunidades.  
99 **Encaminhamento:** responder o ofício solicitando que sejam consideradas as especificidades das  
100 mulheres de povos e comunidades tradicionais do Paraná para além das especificidades de mulheres  
101 indígenas, citando um a um, assim como apontar casos que exemplifiquem a questão. **Pauta –**  
102 **17.989.979-5: Mãe Silvana/Povos de Terreiro:** faz o relato, o CEPCT mandou um ofício à  
103 Coordenação de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, solicitando a criação de um Grupo  
104 de Trabalho para tratar das atividades de mapeamento dos povos e comunidades tradicionais no  
105 Paraná. Fala que a coordenação retornou de maneira favorável, é uma demanda antiga que já foi  
106 muito debatida, inclusive havia solicitado em novembro do ano passado um retorno acerca de um  
107 mapeamento referente aos Povos de Terreiro. Recorda que naquela reunião discutiram a  
108 possibilidade de fazer uma parceria com universidades, que se criassem editais com bolsas de  
109 pesquisa para efetivar o mapeamento, mas a questão não foi para frente. **Laysmara/Povos de**  
110 **Terreiro:** frisa a importância de constar que se trata de um mapeamento sociodemográfico,  
111 precisam saber quantas pessoas, gênero, local, renda, informações de fato sobre as comunidades.  
112 **Mãe Silvana/Povos de Terreiro:** prossegue com o relato, sugeriram parceria com a Fundação  
113 Araucária, o CNPQ, as Universidades e o IPARDES, assegurando que dentro desse GT tenham  
114 representantes de todos os povos e comunidades tradicionais, para que eles consigam exclamar aos  
115 pesquisadores quais são as especificidades dessas comunidades. Usa como exemplo o caso relatado  
116 pela representante de povos ciganos, quando fizeram esse processo de mapeamento com esse  
117 seguimento chegaram na comunidade sem a companhia de um cigano e foram recebidos de maneira  
118 agressiva, pois precisava de um junto para que pudessem entrar na comunidade. Por isso, frisa que  
119 essa interação entre pesquisadores e povos e comunidades tradicionais é essencial para um  
120 mapeamento efetivo. **Encaminhamento:** solicitação à SEMIPI para que crie um GT com parceria  
121 com a Fundação Araucária, o CNPQ, as universidades e o IPARDES, assim como com  
122 representadas de cada um dos seguimentos de PCT's, para realizar um mapeamento  
123 sociodemográfico participativo dos povos e comunidades tradicionais do Paraná. O conselho deve  
124 ser consultado para cada decisão referente ao mapeamento, assim como seu resultado deve ficar  
125 disponível e amplamente divulgado. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que é um grupo de  
126 trabalho institucional, multidisciplinar com a participação do conselho. Ainda, frisa a importância da  
127 consulta e de que seja um levantamento participativo, que nada seja decidido sem a participação do  
128 conselho pois eles são representantes dessas comunidades. A SEMIPI pode conduzir, mas não pode  
129 ser dona do processo. **Professora Clemilda/SEMIPI:** questiona se é uma pesquisa sobre as

130 comunidades, ou um levantamento oficial para direcionar as políticas públicas, pois nesse caso são  
131 os órgãos oficiais que fazem esse levantamento. Pesquisa é outra coisa, pois é mais demorada e diz  
132 respeito as universidades. Fala que precisam deixar isso bem evidente. **Laysmara/Povos de**  
133 **Terreiro:** explica que é um mapeamento sociodemográfico. **Professora Clemilda/SEMIPI:** fala  
134 que fez o questionamento, pois foi citada a presença de universidades. **Mãe Silvana/Povos de**  
135 **Terreiro:** explica que quando discutiram sobre anteriormente a SETI estava presente e indicou o  
136 apoio das universidades. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitch:** Fala que por isso a  
137 solicitação se refere a uma execução em conjunto, com órgãos públicos, universidades e os povos e  
138 comunidades tradicionais recebendo bolsa para fazer esse levantamento. **Luiz/SEMIPI:**  
139 complementa a questão pois as universidades são um dos poucos órgãos que poderiam fornecer  
140 essas bolsas aos PCT's. **Misael/Ilhéus:** fala que essa questão é algo que se discute desde dois mil e  
141 quinze, pois eles não tem conhecimento da realidade dos povos e comunidades tradicionais do  
142 Paraná, comenta que há um mapa do ITCG com algumas poucas comunidades, mas só consta onde  
143 estão, mas não quantos são e como vivem. Frisa ainda a importância da participação, pois assim  
144 como em outras comunidades, na sua se chega alguém fazendo pesquisas e perguntas sem que tenha  
145 alguém da comunidade junto as pessoas não respondem. Relata que isso ocorre devido a  
146 perseguições, há muitos pesquisadores que vão ao território e faz pesquisas para prejudicar a  
147 comunidade, por isso tem que acionar a universidade para se ter essa participação de representantes  
148 das comunidades. **Dimas Gusso/Faxinalense:** argumenta que para além de fazer a ponte, é  
149 essencial a presença de representantes das comunidades para que seja um mapeamento que  
150 contribua com a luta e para isso precisa partir da comunidade. Para esse grupo de trabalho é  
151 importante que se estabeleça a metodologia, pois cada um funciona de maneira diferente e que essa  
152 metodologia leve em conta essa especificidade da participação dos PCT's, assim o resultado pode de  
153 fato ser um instrumento de luta, a metodologia tem que levar em conta essa peculiaridade de como  
154 chegar em cada povo e comunidade tradicional. Fala que no caso dos povos faxinalenses, foi feito  
155 um mapeamento do seguimento muitos anos atrás, depois se organizaram e conseguiram provar que  
156 existem muitos outros e esse apagamento serve para inviabilizar políticas públicas voltadas ao  
157 seguimento. Reforça que os dados tem que ser pensado muito bem com cada seguimento, as  
158 metodologias e pensar no coletivo. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que precisa constar no  
159 mesmo ofício que assim que a SEMIPI receber um retorno dos órgãos sugeridos devem entrar em  
160 contato com o conselho para marcar uma reunião conjunta. **Encaminhamento:** constar no mesmo  
161 ofício que assim que a SEMIPI receber um retorno dos órgãos sugeridos devem entrar em contato  
162 com o conselho para marcar uma reunião conjunta. **Pauta – Protocolo 23.938.823-0: Mãe**

163 **Silvana/Povos de Terreiro:** apresenta a pauta, trata-se de um ofício enviado pelo CEPCT ao  
164 Conselho Mulher solicitando cadeira para PCTs no mesmo. Eles responderam dizendo que a seleção  
165 é feita por edital que solicita a qualificação de grupo com CNPJ, assim qualquer um que atenda a  
166 esse critério pode solicitar essas vagas, por isso há inviabilidade de uma cadeira para PCT. Fala que  
167 a comissão propõe solicitar uma reserva no edital, para que dentro dos critérios estabelecidos no  
168 edital, fosse destinada uma vaga a uma mulher PCT. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitch:**  
169 explica que o edital de seleção já está aberto, então para agora não teria como fazer essa alteração,  
170 mas devem conseguir para o próximo. **Laysmara/Povos de Terreiro:** argumenta que na realidade a  
171 solicitação deveria ser voltada para alteração da Lei desses conselhos de forma que garanta a vaga  
172 para PCT's, pois no caso do CEPCT as vagas estão detalhadas na lei e no regimento, então o ideal é  
173 que essa reserva fosse feita dentro de todos os conselhos de política pública do Paraná.  
174 **Encaminhamento:** solicitar uma reserva no edital, para que dentro dos critérios estabelecidos no  
175 edital, fosse destinada uma vaga a uma mulher PCT. **Pauta – 23.938.963-5: Mãe Silvana/Povos de**  
176 **Terreiro:** fala que o CEPCT enviou um ofício para o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher,  
177 solicitando uma vaga para povos e comunidades tradicionais na Conferência Estadual de Políticas  
178 para Mulheres do Paraná. Como a conferência já passou, chegaram a conclusão de que perdeu  
179 objeto e não debateram a respeito. Faz a colocação de que tiveram a experiência na Conferência  
180 Estadual de Promoção da Igualdade racial, em que a Laysmara participou, mas todas essas  
181 conferências que englobam, de certa forma, povos e comunidades tradicionais eles tem de estar  
182 presentes como delegados e não como convidados, para que tenham a possibilidade de ação.  
183 **Laysmara/Povos de Terreiro:** pontua que receberam uma resposta que dizia que para participar  
184 bastava se candidatar como delegado nas conferências municipais, mas dessa maneira precisam tirar  
185 vagas de outras pessoas, sendo que já possuem representações legitimadas e essa é problemática  
186 que existem para grande parte das pautas de acesso a direitos básicos, precisam atravessar a porta  
187 para fazer parte da discussão, pois lhe dizem respeito e precisam ser consultados. A todo momento  
188 precisam estar “apagando fogo”, pois não são consultados, reforça que poderiam ter estado na  
189 conferência as conselheiras ciganas e quilombolas do conselho também. **Professora**  
190 **Clemilda/SEMIPI:** fala que da maneira como a conferência funciona é preciso essa presença nas  
191 conferências municipais para conseguir sair como delegado, fala que precisam se organizar para  
192 estar presentes em seus municípios, o CEPCT foi como convidado pois a secretaria estava  
193 acompanhando as conferências municipais e perceberam que não havia a participação dos PCT's.  
194 Não tem como a secretaria intervir nessa estrutura, os delegados saem pela conferência municipal  
195 representando o seu município, participam da estadual e lá são eleitos para participar da nacional.

196 Fala que entende a preocupação, mas ela precisa estar lá na ponta. **Laysmara/Povos de Terreiro:**  
197 solicita questão de ordem, pois estão fazendo os relatos das câmaras e a questão da conferência será  
198 retomada. **Misael/Ilhéus:** faz uma rápida colocação, de que hoje o Estado do Paraná nega o  
199 seguimento de PCT's, pois nem ao menos são convidados às conferências municipais. Relata que  
200 em seu município não convidaram os Ilhéus e quando exigiram estar presentes a conferência não foi  
201 realizada na cidade. Os municípios negam a existência dos PCT's, até para se fazer uma lei  
202 reconhecendo essa presença precisam brigar com o presidente da câmara. **Professora**  
203 **Clemilda/SEMIPI:** fala que isso precisa estar presente no plano, pois a partir do estadual que o  
204 municipal é construído. **Pauta - Comissão Território, Desenvolvimento Socioambiental**  
205 **Sustentável e Segurança: Pauta – Exigência de licenciamento ambiental SEMA:**  
206 **Misael/Ilhéus:** inicia o relato dizendo que foi encaminhado ofício para a Secretaria Municipal de  
207 Meio Ambiente, solicitando esclarecimento acerca da exigência de licenciamento ambiental para  
208 realização de ritos religiosos de matriz africana, junto ao ofício foram enviadas as legislações que  
209 dizem respeito a liberdade religiosa e a comissão concluiu que até o momento é uma pauta vencida,  
210 vão aguardar nova denúncia para acionar o Ministério Público e o CAOP de Direitos Humanos. A  
211 resposta foi que não há especificidade para o seguimento na lei e é pertinente a todas as religiões.  
212 **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que inclusive eles relataram que não há dados na secretaria a  
213 respeito do número de notificações a terreiros, complementaram a resposta conforme a solicitação,  
214 não da maneira ideal. Decidiram por encaminhar assim, pois sabem que voltará a acontecer. **Baba**  
215 **Pedro:** pede a palavra, pois parte da demanda diz respeito a algo que aconteceu em seu terreiro,  
216 então quando a resposta da secretaria de meio ambiente sugere uma lei municipal isso parece que se  
217 trata de uma igualdade, mas ela não existe. Relato que o ocorrido foi após sua festa de aniversário  
218 enquanto iniciado na religião, recebeu menos de quarenta pessoas e teve uma visita de uma fiscal do  
219 meio ambiente. Ela parou no seu portão, numa segunda feira, por volta de três da tarde e disse a  
220 seguinte frase “alvará, licença ambiental e CNPJ”, ela não falou boa tarde. Se alguém imagina que  
221 depois de uma natal, para quem é cristão, alguém vai ser abordado dessa forma, ou em um domingo  
222 de páscoa...mas se a questão é que a denúncia seja reiterada e refeita, ele se fez presente para isso.  
223 Pois pelo registro da denúncia está a seguinte frase “registro a denúncia contra um centro de  
224 candomblé, que a seis meses está instaurado no endereço. O imóvel foi alugado sob alegação de  
225 apenas uso residencial”, argumenta que essa questão de uso residencial é delicada, pois sua  
226 religiosidade tem haver com quem ele é, aonde ele estiver é o que ele acredita e o que ele faz.  
227 Prossegue lendo o registro “no entanto, eles repetidamente incomodam os legítimos proprietários”.  
228 Argumento que nesse trecho se percebe uma sugestão de hierarquia entre quem pode ser e quem

229 não pode ser, essa hierarquia se comprova, pois na região tem festas que se propagam até as quatro  
230 da manhã, mesmo com as janelas da casa fechada se escuta nitidamente o barulho. Fala que atrás de  
231 sua casa há uma balada que vai até meia-noite com som alto e não existe no 156 denúncias a  
232 respeito, informação que foi dada pela própria fiscal. Ainda diz que a fiscal chegou ao local sem  
233 nenhum mecanismo de aferição dos decibéis, chegou cobrando esta documentação e não para aferir  
234 o barulho, ela disse que ele já poderia ser multado pela simples existência dessa lei. Questiona ao  
235 conselho se eles já tiveram relatos de pessoas de outros seguimentos religiosos ou até de festas que  
236 tiveram esse mesmo tipo de abordagem, então a mera sugestão de que existe uma lei municipal é  
237 por si só um escárnio. Ele afirma que ela disse “eu já poderia te multar agora, eu só não vou porque  
238 eu não quero”, ou seja, a mesma fiscal também disse que tem tido um aumento desse tipo de  
239 denúncia no município, e ele tem confirmado isso em contatos com outros terreiros. Fala que se  
240 existe um aparato legítimo e legal no município de Curitiba que permite o racismo institucional a  
241 situação vai se perdurar. Expõe o funcionamento do mecanismo de denúncia no município de  
242 Curitiba: a pessoa liga no 156 e realiza a denúncia, ela é supostamente triada aos órgãos a partir  
243 dali. No entanto, faz uma reflexão, se ele liga para o 156 e diz que ele está agredindo uma pessoa,  
244 quem será requisitado. Pois como que essa denúncia foi repassada a secretaria de meio ambiente e  
245 não para a secretaria de igualdade racial do município, quando há, obviamente, um indício bastante  
246 evidente de racismo religioso. Alerta que não há nenhum viés de prevaricação por parte desses  
247 órgãos públicos, pois quando a pessoa recebe uma denúncia assim ela já pode identificar do que se  
248 trata e mesmo assim o seu terreiro que recebeu a visita da fiscal. Relata ainda que foi sorte ser em  
249 seu terreiro, pois eles conhecem seus direitos e tinham representantes do conselho presentes, ou  
250 seja, em um terreiro em que a liderança é analfabeta ou que está em um local de invasão, que é a  
251 grande realidade da maior parte dos terreiros do estado, o que significaria esse assédio em  
252 condições como essas, resultaria na retração da própria subjetividade. A denúncia vem continuado,  
253 não existe nenhum tipo de mediação e a resposta é “a gente pode continuar fazendo”. **Mãe**  
254 **Silvana/Povos de Terreiro:** complementa informando que recebeu uma notificação da SEMA em  
255 seu terreiro enquanto ele estava fechado, pois ela estava fora do estado, o fiscal foi lá e mediu e ela  
256 teve que comprovar que não havia atividade no terreiro nesse dia. **Pai Pedro:** faz mais um  
257 parênteses sobre o conjunto de denúncias é feita pelo denunciante, pois já o denunciou para o  
258 DETRAN, para o a secretaria de meio ambiente, o que eles podem eles vão fazer. Não é uma  
259 questão pessoal a vizinha do lado, mas quando isso se institucionaliza precisam fazer essa conversa,  
260 as primeiras denúncias que elas fizeram não foi porque estavam tocando o tambor ou o atabaque,  
261 mas sim porque tinham moças de saia branca ocupando as cadeiras. **Laysmara/Povos de Terreiro:**



262 sugere encaminhamento ao NUIER e ao Ministério Público, para que eles notifiquem o 156 a  
263 realizar uma formação dos analistas da denúncia para encaminhar questões de PCTs a secretaria de  
264 igualdade racial, ainda que quando esses critérios forem definidos o conselho seja convocado a  
265 participar da reunião. **Encaminhamento:** ofício ao NUIER e ao Ministério Público, para que eles  
266 notifiquem o 156 a realizar uma formação dos analistas da denúncia para encaminhar questões de  
267 PCTs a secretaria de igualdade racial, além quando esses critérios forem definidos o conselho deve  
268 ser convocado a participar da reunião. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala da importância de que  
269 isso seja registrado pois é um problema nacional e precisam tratar disso nos municípios, mas a nível  
270 estadual também para que consigam mitigar essa questão. **Pauta – 23.391.311-1: Misael/Ilhéus:**  
271 relata que se refere a Portaria 241, em que o CEPCT encaminhou ofício solicitando participação do  
272 IAT para tratar do encaminhamento da portaria. O parecer da comissão é incluir a lista de produtos  
273 não madeiráveis que cada seguimento achar pertinente para incluir na peça de licenciamento e  
274 solicitar uma reunião junto a um GT, do qual ele faz parte, e ao IAT para que seja realizada uma  
275 reunião da respeito da portaria. Relata que ainda não foi contatado em relação ao GT para fazer esse  
276 acompanhamento. **Encaminhamento:** cada conselheiro deve entrar em contato com seus  
277 seguimentos para fazer essa lista dos produtos não madeiráveis que eles manejam. Ainda, enviar  
278 ofício solicitando cronograma das reuniões e sua inclusão no GT do IAT. **Pauta – 23.555.491-7:**  
279 **Misael/Ilhéus:** fala que trata-se dos povos de faxinais nas áreas de influência da duplicação da  
280 rodovia BR 277. O parecer da comissão é que a reunião com o IDR e o IAT ocorreu paralelamente  
281 as comissões eu conselheiro Dimas fará um relato. **Dimas Gusso/Faxinalenses:** relata que houve  
282 um equivoco, pois a conversa era sobre a duplicação de outra estrada, a BR 466. Fala que sobre a  
283 277 estão nas fases iniciais, teve uma conversa com empresa e ainda está em estudos ambientais,  
284 eles tem a forma e organização da consulta deles, essa não está acompanhando tão de perto, mas  
285 sabe que a duplicação irá demorar cinco anos afetando faxinalenses na região de Irati e  
286 Prudentópolis. Informa a importância do apoio para as conversas com a PRF e diálogos com a  
287 liderança. Fala que a liderança a frente se chama Wallace. **Encaminhamento:** CEPCT indica os  
288 conselheiros Dimas e Marilei para o acompanhamento da consulta. **Dimas Gusso/Faxinalenses:**  
289 prossegue com o relato da reunião em que participou no dia anterior, sobre a PR 466 – ela atravessa  
290 Guarapuava e Pitanga, afeta dois Faxinais o Saudade Santa Anita, município Turvo, e Dustriguer,  
291 no município de Boa Ventura. A PR está nas margens do terreno. Fala sobre os diversos problemas o  
292 acesso é ruim, muitos acidentes com mortes, é preciso melhorar o acesso com a duplicação para  
293 evitar os acidentes com mortes. A comunidade é favorável, não querem atrapalhar o progresso,  
294 querem melhorias, pois muitas vezes é feita essa narrativa para criminalizar a comunidade

295 tradicional. Querem que os órgãos estatais, como o DER, sigam os protocolos de consulta, fala que  
296 tem percebido que as vezes é mais fácil fazer a negociação com iniciativas privadas, pois elas  
297 interagem com a comunidade, compram o pescado e a erva-mate. Fala que foi uma reunião bem  
298 tensa, pois o Estado não tem sensibilidade sobre os protocolos de consulta, falaram que tem prazo,  
299 mas a comunidade está lá a trezentos anos, algumas com estradas atravessando no meio delas e  
300 acabando com o território. Fala que vão estender a pavimentação para a estrada da comunidade, o  
301 que é bom, mas precisam atender as especificidades da comunidade. Fala que foi a primeira  
302 conversa, de forma online o que não é bom para a comunidade. Eles entendem que há um prazo e  
303 um certo grau de benefício à comunidade, mas também não podem comprometer o protocolo. A  
304 próxima reunião é dia 20/08 as 9h, presencialmente na comunidade, assim podem entender e sugerir  
305 mais. **Encaminhamento:** mandar um ofício aos órgãos de estado informando os procedimento de  
306 consulta, os protocolos existentes no estado e solicitando que os devidos procedimento sejam  
307 seguidos. **Dimas Gusso/Faxinalenses:** relata a importância das comunidades terem o domínio do  
308 processo de consulta, que tenham seus protocolos e formações a respeito para que esses  
309 procedimento ocorram da melhor maneira possível. **Pauta - solicitação de monumento de**  
310 **homenagem ao monge João Maria na entrada do município: Ana Maria/Benzedeira:**  
311 cumprimenta os conselheiros, fala da importância do Monge João Maria para seu município, pois  
312 foi o médico do povo, andou ao lado do povo, fez pregações sobre a forma como as coisas estão  
313 acontecendo no mundo hoje. Fala que em rebouças tem um povo da fé e que acredita nas igrejinhas  
314 que tem na comunidade, por isso pediu um monumento com a imagem do Monge João Maria na  
315 entrada da cidade, pois é um Monge que cuida da cidade. Relata que foi na prefeitura e solicitaram  
316 uma carta de concessão, que vai ser enviada a secretaria de educação do município e a proposta  
317 deve ser levada à câmara de vereadores para que eles liberem o projeto. Solicita que o conselho se  
318 manifeste em até trinta dias para encaminhar esse apoio. Solicita também que o conselho mande  
319 uma carta de apoio da atuação da vereadora Professora Neiva de Lourdes na promoção da cultura  
320 material e imaterial das benzedeiras do município, tais como a fundação de um museus e do dia da  
321 erva mate. A conselheira também destacou as dificuldades que o seguimento tem no município pois  
322 a prefeitura e a câmara de vereadores não valorizam essa cultura. **Encaminhamentos:** enviar a  
323 prefeitura do município de rebouças carta de apoio da construção do monumento em homenagem ao  
324 Monge João Maria; enviar a câmara de vereadores do município de Rebouças demonstrando  
325 suporte a atuação da vereadora Professora Neiva de Lourdes na promoção da cultura material e  
326 imaterial das benzedeiras do município. Ambas devem destacar em seu conteúdo a importância da  
327 cultura material e imaterial das benzedeiras para a constituição do município. **Dimas**

328 **Gusso/Faxinalenses:** relata as dificuldades que ele encontra em seu município pelo apagamento da  
329 presença faxinalense e também da desvalorização de sua cultura, dá o exemplo da erva mate e das  
330 técnicas de agroecologia presentes nas comunidades. **Laysmara/Povos de Terreiro:** afirma que  
331 essa situação ocorre no Estado de maneira generalizada e deveriam pensar em um encaminhamento  
332 nesse sentido. **Misael/Ilhéus:** sugere que encaminhem ofícios a todos os municípios que tem Povos  
333 e Comunidades Tradicionais para que eles aprovem uma lei reconhecendo e valorizando a presença  
334 dos PCT's. **Encaminhamento:** ofícios a todos os municípios que tem Povos e Comunidades  
335 Tradicionais para que eles aprovem uma lei reconhecendo e valorizando a presença dos PCT's.  
336 **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala da importância do levantamento para solicitações como essa,  
337 pois se tivessem esses dados poderiam subsidiar o pedido com quantidade de segmentos em cada  
338 município e suas necessidades. Sugere que se organizem para fazer a documentação aos municípios  
339 para a próxima reunião e priorizar os ofícios de Rebouças, dessa maneira podem ir mapeando as  
340 comunidades e associações que podem constar nos ofícios. **Encaminhamento:** mapear os  
341 municípios com PCT's para enviar ofícios solicitando lei de reconhecimento, citando comunidades  
342 e associações presentes. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que sobre os dos faxinalenses, com  
343 base no relato de Dimas, podem se referir a questões produtiva, do respeito as praticas tradicionais e  
344 sua contribuição para a economia local. Seria interessante solicitar a prefeitura ou a secretaria de  
345 agricultura local que recebem os faxinalenses para estabelecer um diálogo sobre as questões. **Pauta**  
346 **- Recomposição da comissão eleitoral de comunidades negras: Laysmara/Povos de Terreiro:**  
347 fala que estão fazendo a solicitação desde fevereiro, pois foi abdicado das vagas logo após a posse.  
348 Passou por diversas reuniões pois estão com uma cadeira vazia, a sociedade civil está com  
349 representações a menos no conselho. A comissão foi montada na reunião anterior composta por  
350 Laysmara/Povos de Terreiro, Laura/Quilombola, Felipe e Gustavo Mussi enquanto representantes  
351 gov. Pediu a recomposição pois o Felipe sai de férias ainda nessa semana e o Gustavo Mussi está de  
352 licença médica e eles não podem mais atrasar a questão. Solicita que duas outras pessoas gov se  
353 manifestem para compor, caso tenha mais nomes podem mudar a composição. **Encaminhamento:**  
354 comissão fica Laysmara/Povos de Terreiro, Rosemary/Quilombola, Laura/Quilombola,  
355 Helen/SEEC, Rene/SETI e Jane/SEJU. **Laysmara/Povos de Terreiro:** explica que a comissão vai  
356 funcionar de forma online, para formular o edital e tentar localizar essas comunidades, nessa parte  
357 terão suporte da SEMIPI. **Pauta - Crachá (identificação) para os conselheiros: Laysmara/Povos**  
358 **de Terreiro:** destaca que também é uma solicitação de fevereiro, recentemente estão começando a  
359 ter visitas, consulta, situações em que os conselheiros precisam demonstrar sua legitimidade. Esses  
360 crachás podem ter efetividade diante de situações em que há enfrentamento, nem todas as relações

361 são dialogadas, as vezes até mesmo dentro das comunidades quando chegam determinados serviços  
362 há hostilidade e situações as quais precisam literalmente dar a carteirada. Então os crachás são  
363 urgentes e acredita que isso seja uma solicitação da SEMIPI, estão mais uma vez fazendo a  
364 solicitação e esperam que saiam da próxima reunião com os crachás. **Encaminhamento:** ofício à  
365 SEMIPI e a Diretoria de Igualdade Racial, solicitando fornecimento de crachás para os conselheiros  
366 da sociedade civil, considerando as necessidades de atividades externas e dentro das comunidades.  
367 **Misael/Ilhéu:** com relação a pauta trinta e três, haviam conversado sobre o curso de Direitos  
368 Humanos e estava conversando como professor antes da reunião, ele se propôs a iniciar o curso de  
369 forma online até que possam fazer presencialmente. O curso seria sobre direitos etnicos raciais, vai  
370 tratar sobre igualdade racial, protocolo de consulta, a OIT 169, é um aprendizado de todos os  
371 direitos das comunidades. Vai abrir para a sociedade civil um formulário para poderem começar.  
372 **Encaminhamento:** envio de ofício ao campus de matinho da IFPR ao professor Roberto, para  
373 iniciar o curso de direitos etnicos raciais de forma online, até que haja um retorno da SEMIPI sobre  
374 possibilidade de fazer presencial. **Laysmara/Povos de Terreiro:** destaca que esse início não anula a  
375 solicitação da parte presencial, ainda que vai ser aberto vagas para os conselheiros de igualdade  
376 racial e indígenas. **Encaminhamento:** envio de ofício ao CONSEPIR e CEPI, convidando titulares  
377 e suplentes a participar do curso de formação de direitos etnico raciais promovido pelo professor  
378 Roberto do IFPR, deve iniciar de maneira online e há possibilidade de alguns encontros presenciais.  
379 **Laysmara/Povos de Terreiro:** faz a observação de que não fazem o protocolo de votação sobre a  
380 favor, contra e nulos, pois os encaminhamentos seguem o curso do debate. Porém se houver alguma  
381 situação de intervenções necessárias, que essas intervenções sejam feitas. **Pauta 29 - Comissão**  
382 **POP. Misael/Ilhéus:** explica que trata-se de um grupo de trabalho sobre procedimento operacional  
383 padrão, mas estava inativo até pouco tempo. Trouxe a pauta, pois em sua comunidade tem sentido a  
384 necessidade de que os órgãos de segurança sejam orientados a respeito de como abordar as  
385 comunidades. Relata que eles tem enfrentado questões sobre abuso de autoridade, eles têm entrado  
386 na comunidade sem autorização, entrando nas casas sem autorização, e no CEPCT receberam  
387 relatos de casos de faxinalenses sendo agredidos, de instrumento de terreiro sendo apreendidos.  
388 Então o POP precisa ter orientações sobre todos os seguimentos, então precisa que o grupo seja  
389 reativado, mesmo que de forma online, para que possam apresentar, debater e aprovar o documento.  
390 **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitch:** afirma que precisam identificar em qual órgão o  
391 grupo de trabalho foi criado para encaminhar o ofício aos responsáveis. **Laysmara/Povos de**  
392 **Terreiro:** essa informação não consta na ata de fevereiro, mas foram informados nessa reunião. De  
393 que havia sido feito esse grupo de trabalho composto por várias secretarias, era um grupo gov que

394 não os contemplava e solicitaram a inclusão de representantes do conselho. Frisa novamente a  
395 importância de que eles possam participar de decisões que dizem respeito as suas práticas de  
396 direitos como povos e comunidades tradicionais. **Dimas Gusso/Faxinalenses:** disse que inclusive  
397 nessa proposta estava incluso a ideia de uma formação não somente com as forças de segurança,  
398 mas os diversos órgãos públicos e privados que fazem atendimentos a comunidades tradicionais.  
399 **Encaminhamento:** identificar em qual órgão está o POP, solicitar sua (re)ativação e a inclusão de  
400 representantes de PCT's no mesmo. **Pauta 30 - Plano Estadual: Laysmara/Povos de Terreiro:**  
401 fala que é uma pauta de abril, faz o informe de que conforme o previsto, estão na fase bem inicial,  
402 com a leitura dos documentos que foram produzidos a partir da conferência estadual de povos e  
403 comunidades tradicionais. Todas as pautas e propostas, agora todas as câmaras estão fazendo uma  
404 análise de objetivos e ações para eles começaram a pensar na reescrita das propostas na forma de  
405 plano estadual, pois um documento de tamanha importância precisa ser redigido diretamente por  
406 eles. Cada seguimento precisa avaliar se há necessidade de alteração ou de aprofundar as propostas  
407 que estão ali. Foi colocado como ponto de pauta, pois em abril foi informado que há um  
408 cronograma da SEMIPI para construção desse plano, foi solicitado o cronograma e não houve  
409 resposta. **Encaminhamento:** solicitar à SEMIPI e COPCT o cronograma de construção do plano  
410 estadual de povos e comunidades tradicionais, quem está responsável pela elaboração desse  
411 material, pois mais uma vez está sendo feito de maneira institucional sem a inclusão dos PCT's.  
412 **Pauta 28 - Marcha das Mulheres Negras: Laysmara/Povos de Terreiro:** explica que também foi  
413 uma solicitação de fevereiro, quem os respondeu foi a professora Clemilda, mas não diretamente.  
414 Pois a solicitação foi com relação ao apoio institucional e financeiro para que tenham uma comitiva  
415 com um grupo de mulheres negras, mulheres de terreiro e mulheres quilombolas do estado do  
416 Paraná. Não receberam resposta, o informe foi dado pela professora Clemilda de que ela havia feito  
417 a solicitação internamente, mas não sabem como está transitando. Então gostariam de solicitar  
418 novamente informações a respeito das ações que estão sendo tomadas e se existe alguma política a  
419 respeito, pois a marcha é em novembro, fala que está participando da organização para conseguir  
420 um ônibus saindo de Cascavel a Brasília e o custo foi de trinta mil, sendo quatro dias de viagem  
421 entre ida e volta. **Secretaria Executiva/Hayanne Iovanovitch:** questiona para quantas mulheres  
422 seriam. **Laysmara/Povos de Terreiro:** diz que quando fez a solicitação anteriormente foi que  
423 houvesse um esforço da secretaria estadual para que tivessem comitivas regionais, então de cada  
424 região do estado sair ao menos um ônibus para quarenta a cinquenta lugares. Explica que há vários  
425 coletivos se organizando por todo Estado para viabilizar as viagens e que, inclusive, em respeito as  
426 mulheres mais velhas, estão angariando fundos para custear passagens aéreas. Frisa que eles tem

427 pressa na resposta, pois a marcha é em novembro. **Encaminhamento:** envio de ofício à SEMIPI e  
428 COPCT para viabilizar o custeio de transporte para a Marcha das Mulheres Negras, a ser realizada  
429 em vinte e cinco novembro, ainda se há possibilidade de contribuição na compra de passagens  
430 aéreas as mulheres mais velhas. **Pauta - Regimento Interno CEPCT: Laysmara/Povos de**  
431 **Terreiro:** relata que passaram alguns meses trabalhando no texto do regimento, uma comissão  
432 composta por ela, Mãe Silvana, Tatiane, Jean e Laura, do poder público SEDEF, SEMIPI, SUDIS,  
433 SEIL E SETI. Trabalharam de forma online, com um documento em conjunto em que todos  
434 poderiam fazer sugestões e alterações registradas. Fizeram uma última leitura de ponto a ponto,  
435 traçaram questões sensíveis para debate tanto em plenária, quanto para sociedade civil. Na última  
436 reunião a sociedade civil se reuniu e fez uma leitura dos pontos sensíveis, principalmente no que  
437 tange a processo eleitoral e a necessidade de uma comissão permanente para analisar as solicitações  
438 de novos seguimentos que viessem a pleitear vagas aos conselhos. A proposta inicial era de que  
439 fosse uma comissão paritária, o que a sociedade civil discorda, pois não corresponde aos parâmetros  
440 de consulta aos povos e comunidades tradicionais, então fizeram algumas modificações nesse  
441 sentido, e o documento foi encaminhado no grupo geral do conselho para ser apreciado, colocado  
442 em votação, para que de fato possam dar andamento a esse documento. Questiona se há  
443 manifestações a respeito do documento enviado para apreciação, a sociedade civil já está de acordo  
444 pois discutiram anteriormente, então o documento foi enviado para que os representantes gov  
445 pudessem ter conhecimento e fazer as alterações necessárias. Sem considerações.  
446 **Encaminhamento:** regimento aprovado, enviar a SEMIPI para ciência. Assim que for estabelecido  
447 um prazo para análise o conselho deve ser informado a respeito. **Laysmara/Povos de Terreiro:**  
448 fala que está rascunhado e da forma como está vai passar pelo jurídico para adequação de termos.  
449 **Secretaria Executiva/Hayanne Iovanovitch:** explica que uma vez aprovado em plenária, vão abrir  
450 um protocolo e para diretoria geral, que encaminha a assessoria técnica jurídica da secretaria, eles  
451 vão fazer as considerações pertinentes, e então será colocado para análise do conselho e enviado  
452 para publicação no diário oficial. **Laysmara/Povos de Terreiro:** questiona se há prazos. **Secretaria**  
453 **Executiva/Hayanne Iovanovitch:** responde que não teria como ela determinar um prazo, quando  
454 ela enviar vai ser estabelecido um prazo e informado a diretoria executiva do conselho.  
455 **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que por ser um assunto essencial, vai colocar para votação  
456 diretamente. Plenária aprova por unanimidade. Pausa para o almoço, retorno 13h50. Com o quórum  
457 composto, a secretaria executiva reinicia a reunião e informa que terão uma fala da Dra. Camille do  
458 NUPIER. **Laysmara/Povos de Terreiro:** antes de prosseguirem faz um informe a respeito da pauta  
459 que discutiram anteriormente de solicitação de reconhecimento por parte dos municípios aos PCT's,

460 fala que o Pai Pedre sugeriu que solicitassem a inclusão no calendário dos municípios o dia dos  
461 Povos e Comunidades Tradicionais, como reforço do indicativo da presença. **Pauta – Divulgar**  
462 **Grupo de Trabalho diretamente aos movimentos sociais – DPE/NUPER. Dra.**  
463 **Camiller/NUPIER/DPE:** saúda a plenária, agradece por terem aberto espaço para defensoria fazer  
464 uma divulgação da criação de um grupo de trabalho vinculado a ouvidoria da DPE, com a temática  
465 vinculada aos grupos étnico-raciais. Seria para criação de um pequeno conselho, junto ao NUPIER,  
466 para definição do plano de atuação da defensoria pública na defesa dos povos e comunidades  
467 tradicionais. Todos os núcleos tem esse plano de atuação e eles querem construir esse plano com a  
468 sociedade civil, para construir a atuação, o que podem fazer e melhorar. Também estão convidando  
469 professoras, professores e especialistas que podem somar, vai enviar no grupo do conselho o edital  
470 de inscrições para que os conselheiros possam levar as comunidades para verificar se alguém tem  
471 interesse em participar. **Misael/Ilhéus:** questiona se há um limite para participação. **Dra.**  
472 **Camille/NUPIER:** responde que não, mas vão fazer uma análise, no formulário pedem uma carta  
473 para a pessoa dizer porque ela quer participar, reabriram o formulário pois tiveram poucas  
474 inscrições e alguns confundiram com o NUPIER do Ministério Público, gostariam de ter ao menos  
475 um representante de cada seguimento. Frisa que é diferente do CEPCT, pois o objetivo é tratar a  
476 atuação da defensoria pública. **Laysmara/Povos de Terreiro:** pergunta se o conselho está  
477 convidado para acompanhar as reuniões mesmo que sem uma cadeira direta. **Dra.**  
478 **Camille/NUPIER:** diz que com certeza, vão deixar o formulário aberto até o final de setembro e  
479 então vão começar a eleger uma metodologia para se reunirem, a previsão é ser online ou híbrido,  
480 se compromete a convidar o conselho uma vez que finalizaram as inscrições e iniciarem os  
481 encontros. **Laysmara/Povos de Terreiro:** explica que perguntou, pois fizeram um debate a respeito  
482 da participação da sociedade civil de uma forma que seja rotativa em alguns compromissos, então  
483 seria importante a participação de alguns membros com ouvintes para que possam aprender e  
484 alinhar estratégias entre os seguimentos. **Pauta – Divulgação da imagem de povos ciganos em**  
485 **divulgações da Fundação Cultural de Curitiba. Tatiane/Povos Ciganos:** informa por meio do  
486 chat que foi um edital de caravana étnico racial pela Fundação Cultural de Curitiba, com imagens  
487 de pessoas não ciganas trajadas de maneira estereotipada, mesmo com o ofício enviado  
488 anteriormente, cometeram novamente o mesmo ato. **Laysmara/Povos de Terreiro:** sugere que seja  
489 encaminhado novamente o mesmo ofício e indicar que apesar do alerta, cometeram o mesmo erro.  
490 **Encaminhamento:** retorno do ofício, relatando que novamente aconteceu a questão. Solicitando  
491 uma agenda para discutir a questão junto aos representantes do seguimento do CEPCT. **Secretária**  
492 **Executiva/Hayanne Iovanovitch:** informa que eles retornaram o último ofício se comprometendo

493 a não repetir o erro e a construir em conjunto no ofício. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que  
494 também podem colocar o conselho e as representações ciganas do conselho para uma conversa, uma  
495 consultoria, assim como questionando qual a capacitação da pessoa que está responsável pela  
496 divulgação. **Pauta 11 – Comitê Técnico Consultivo de Povos de Terreiros. Laysmara/Povos de**  
497 **Terreiro:** explica que a pauta é em virtude da proposta de estabelecer Comitê Técnico Consultivo  
498 de Povos de Terreiros, pensada devido a vários eventos acontecendo desde o ano passado, desde as  
499 pré-conferências de povos de terreiro. Nos quais tem ocorrido algumas inconsistências, alguns  
500 atravessamentos, tem tido situações nas quais as representações tanto do CONSEPIR, quanto do  
501 CEPCT, não tem participado, não tem tomado ciência, eles tem perdido bondes importantes com  
502 relação as políticas públicas para povos de terreiro. Em seu entendimento, quando tem uma  
503 especificidade em que cada terreiro é uma comunidade, eles não estão tendo a CLPI respeitada, por  
504 exemplo, tiveram uma pré-conferencia nacional de povos de terreiro e tiveram uma divulgação  
505 informal, não chegou ao conselho, ficaram sabendo na véspera e quase perderam. Em fevereiro  
506 falaram da importância de se ter uma audiência pública, um evento estadual para que se tenha de  
507 fato uma representatividade, para uma discussão das políticas específicas de povos de terreiro e  
508 souberam também com o calendário finalizado que teriam a possibilidade de realizar esse ano uma  
509 conferência temática de Povos de Terreiro. Fala que entende que não há um foco no Paraná e na  
510 secretaria para isso, pois o único estado que realizou a conferência foi no Rio Grande do Sul, nem  
511 em Bahia foi realizado, mas já haviam levantado essa demanda e souberam depois dessa  
512 possibilidade. Fala que recebeu uma provocação da Mãe Josianne a respeito dos eventos que  
513 ocorriam por meio da diretoria, mas que em sua perspectiva esses eventos não davam muita  
514 visibilidade, eram pontuais e midiáticos, não que isso não seja importante, mas nada que desse  
515 abertura para eles falarem sobre suas necessidades de forma prática. Sugere lançar um edital para  
516 compor um Comitê Consultivo, para que a CPLI possa ser realizada em situações em que o  
517 seguimento de povos de terreiro esteja envolvido, seja pela SEMIPI ou que venha ao conhecimento  
518 da mesma. Como informado anteriormente, eles tem representações no CEPCT, no CONSEPIR e  
519 precisam constituir um grupo que de fato possa ser consultado no que diz respeito as questões deles,  
520 e esse grupo precisa ser grande, precisa ter uma serie de critérios para atingir outras áreas do estado,  
521 o interior, a proposta é que sejam pelo menos dez pessoas. Fala que escutando as questões  
522 apresentadas pelos conselheiros pensa que há uma dificuldade por parte dos povos de terreiro em  
523 prol de uma organização como essa pois estão mais espalhados do que outros seguimentos e muitas  
524 vezes tem dificuldade de atingir a comunicação. É para ser um comitê intermediário, não será  
525 SEMIPI e nem CEPCT, e deverá ser consultado cada vez que houver uma iniciativa para povos de



526 terreiro. **Encaminhamento:** ofício a SEMIPI solicitando a abertura de um edital para formação do  
527 Comitê Técnico Consultivo de Povos de Terreiros, com representantes de todas as regiões, dos  
528 interiores e com no mínimo dez vagas. Uma vez que tiverem retorno formar uma comissão para o  
529 edital. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que podem repensar o nome, mas está chamando de  
530 Comitê Consultivo, pois, acredita que assim fica explícito o objetivo. **Pauta 15 – CPLI**  
531 **Faxinalenses. Dimas Gusso:** fala sobre o desconhecimento por parte de órgãos estatais a respeito  
532 do procedimento de consulta, que muitos não seguem da forma adequada e isso leva ao desrespeito  
533 pelo protocolo da comunidade e gera problemas. É necessário uma ação para dar mais visibilidade  
534 de conhecimento sobre. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitch:** sugere que seja solicitada  
535 uma aba no site da SEMIPI com informações da CPLI e quais os protocolos de consulta dos PCT's  
536 do PR. **Laysmara/Povos de Terreiro:** sugere que seja solicitada uma capacitação técnica ao DER,  
537 IAT, SEEC, SEED, em suma, a servidores de todos os órgãos estatais com relação a condução da  
538 CPLI. **Dimas Gusso/Faxinalenses:** fala que há um desgaste da comunidade quando os  
539 procedimentos não são feitos corretamente. **Encaminhamento:** solicitação a SEMIPI para que faça  
540 uma articulação com as demais secretarias e órgãos estatais que tenham contato com PCT's, para  
541 que seja realizada uma formação a respeito da CPLI. O envio seria para todas as secretarias de  
542 estado. **Pauta 16 – Serviços Públicos Ilha Rasa Almeida – Guaraqueçaba, posto de saúde e**  
543 **escola municipal Santa Terezinha. Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que segundo o relato  
544 realizado no dia anterior, pensando em termos de políticas educacionais, há um completo  
545 despreparo por parte da secretaria municipal de educação. Sem gestão, sem proposta pedagógica.  
546 **Cláudio/Pescadores e Pescadoras Artesanais:** São cinquenta alunos sem um diretor e pedagoga.  
547 **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que pelo relato a escola é o menor dos problemas, não possuem  
548 agente de saúde, não têm farmácia de insumos básicos. Faltam os equipamentos básicos de saúde e  
549 educação, a comunidade está abandonada, precarizada, em situação de vulnerabilidade com relação  
550 ao acesso a direitos básicos. Sugere comunicação com a prefeitura municipal para fornecer os  
551 serviços básicos relativos a saúde, educação e assistência social. **Claudio/Pescadores Pescadoras**  
552 **Artesanais:** fala sobre a falta de dentista, e o posto de saúde está precarizado, muitas pessoas da  
553 comunidade precisam ir até o posto da cidade para ter atendimento. Afirma que na gestão anterior  
554 esses serviços funcionavam normalmente. **Secretaria Executiva/Hayanne Iovanovitch:** fala da  
555 necessidade de detalhar todas as questões e podem enviar o ofício a prefeitura e às secretarias  
556 municipais específicas de saúde e educação. **Encaminhamento:** ofício a prefeitura e às secretarias  
557 municipais específicas de saúde e educação, detalhando a situação e solicitando providências a  
558 respeito. **Laysmara/Povos de Terreiro:** coloca que trata-se de uma violação dos direitos básicos da

559 população, não é apenas ausência de funcionários. **Pauta 17 – Licenciamento IAT para tirar**  
560 **cascalho do rio. Cláudio/Pescadores e Pescadoras Artesanais:** fala que é uma pauta solicitada  
561 pelo conselheiro Marcelino, no trechos de Itaqui e Pacotuva as estradas estão muito precárias. Estão  
562 aguardando liberação do IAT para tirar cascalho do rio e fazer a pavimentação, o pedido é que o  
563 conselho solicite que o IAT forneça a permissão para realizar a obra e melhorar a estrada.  
564 **Encaminhamento:** ofício ao IAT para liberar retirada de cascalho do Rio ?? para fins de utilizá-los  
565 na pavimentação da estrada entre Itaqui e Pacotuva, assim como a prefeitura do município para  
566 autorizar e executar a obra. **Pauta 13 – resposta da SEAB sobre o andamento e data para**  
567 **continuidade e execução do projeto fundação da Associação Remanescente de Quilombo**  
568 **Arroio Claro. Kethelen/Terra de Direitos:** contextualiza a questão, do jeito que está nomeado  
569 parece que é o Quilombo Arroio Claro, parece uma outra comunidade quilombola, mas o que  
570 acontece nesse local é que é uma o território quilombola Quilombo Varzeão, dentro dele tem quatro  
571 comunidades quilombolas: Pocinho, Gramadinho, Varzeão e João Alves. São quatro associações  
572 abertas na região. O Estado do Paraná tem área de florestas públicas nessa localidade e vai fazer um  
573 repasse dessas áreas para comunidade, mas são quatro, então vai ser gerenciado por meio de uma  
574 associação de segundo grau, que represente as quatro do território. No final do ano passado fizeram  
575 um protocolo de intenções, as quatro comunidades e o Estado por meio de algumas secretarias,  
576 porém dentro do protocolo o ônus da associação ficava sob responsabilidade integral das  
577 comunidades. Fizeram um GT próprio para fazer um estatuto que contemplasse as quatro  
578 comunidades, foi feito com a Terra de Direitos, o NUPIER, a SUDIS, o próprio conselho por meio  
579 do Mussi, e teriam que ter representantes das quatro comunidades. Porém estão enfrentando de  
580 fevereiro a julho uma situação com a diretoria da Associação do Quilombo Varzeão, pois não  
581 conseguiam participar das reuniões por diversos fatores, mas também não mandaram  
582 representantes, participaram de apenas duas reuniões e com pessoas diferentes. Afirma que fizeram  
583 um estatuto do zero, sempre estabelecendo diálogos e com a participação das associações que se  
584 fizeram presentes, ao final conseguiram fazer um projeto de minuta a ser analisada e aprovada em  
585 uma reunião conjunta. Quando tentaram marcar a reunião foram impedidos por manifestação  
586 contrária da comunidade Varzeão, que alegou não estar sendo incluída na construção do documento.  
587 Fizeram edital de chamamento, consultaram com as comunidades para selecionar a melhor data e  
588 marcaram a reunião na comunidade do gramadinho, pois as três comunidades que participaram do  
589 processo entenderam que era mais fácil logisticamente no gramadinho, além disso há celebrações a  
590 serem realizadas na ocasião, é também um ato político e entenderam que no quilombo em questão  
591 teria mais estrutura. Explica que a comunidade do Varzeão se posicionou contra, pois, segundo eles,

592 a comunidade de Gramadinho não seria neutra e sugeriram que fosse feito na cede da prefeitura,  
593 mas não havia disponibilidade. Observaram não ser apenas uma questão de localidade, mas também  
594 de tensões políticas, porque existem tensões acerca da área a ser cedida pois não se trata apenas de  
595 território, há sete milhões em madeira no local. É necessário um projeto em que esse recurso seja  
596 distribuído entre as quatro comunidades, não somente para uma que alega ter direito sobre a área.  
597 Estão enfrentando esses desafios, as três comunidades entenderam que era o caso de oficializar os  
598 ministérios públicos para acompanhar o processo, não é apenas uma questão da promotoria federal,  
599 pois o CAOP está sabendo, mas ainda não se movimentou. A promotoria local estava sem promotor  
600 até junho, parece que já tomou posse, mas não estão conseguindo entrar em contato. O Dr. Henrique  
601 do ministério público federal, que tem alguns processos na região, está oficiando os órgãos  
602 específicos para se movimentarem. Esse ponto pode vir da resposta que a SEAB tem que dar para o  
603 Dr. Henrique e esse protocolo de intenção não está tão bem feito quanto pensam, os órgãos que  
604 lavam as mãos e falam que querem abrir diálogo com a comunidade, mas não tá dialogando,  
605 largaram na mão da comunidade e que se virem. Quando tentam uma mediação feita pelo estado,  
606 pois entre as comunidades já na estão mais tendo, pela sua própria pessoa já está havendo um  
607 desgaste com as lideranças do Varzeão, então eles tem esse empasse para garantir o direito de todas  
608 as comunidades envolvidas. Não querem enquanto Terra de Direitos, ou enquanto assessoria das  
609 outras três comunidades, que elas levem vantagem em relação ao Varzeão de maneira algumas, o  
610 que querem é que saia da forma mais pacífica e regular possível, da forma como as coisas estão  
611 indo parece que não vai acontecer. Enquanto não acontece, no momento em que estão conversando,  
612 as madeiras estão sendo extraídas, não sabem por quem, mas amanhece com vários pontos sem  
613 madeira e, apesar de ser notificado a respeito, o estado não está fiscalizando. Tem uma omissão  
614 muito evidente, eles tem avisado o que está acontecendo, a tensão está aumentando entre as  
615 comunidades e para fora delas, pois muitas pessoas estão de olho na madeira, a segurança e a vida  
616 das pessoas ali estão em risco. Ontem recebeu outro ofício do Dr. Henrique, perguntando em que  
617 ponto está, como estão as questões, pois ele recebeu outra resposta vazia da SEAB. Informa que  
618 dona Laura já não está mais a frente das questões burocráticas da região, pois está bem desgastada,  
619 com a saúde mental bem delimitada, já são quinze anos nessa luta. Quem está a frente agora é o  
620 Bruno, pois ainda tem essa questão, não respeitam mulheres, só conversam entre homens, então  
621 agora ele foi para a presidência da associação para preservar a saúde e segurança das mulheres.  
622 Afirma que esse é o contexto por trás da pauta, solicita que o conselho preste apoio e fiscalize a  
623 situação diante da SEAB, fazer uma pressão com o ministério público, pedir por fiscalização na  
624 região. Já oficiaram do CAOP, afirma que escreveu ao Dr. Olympio e a Dra. Ana Brollo. **Secretária**

625 **Executiva/Hayanne Iovanovitch:** fala que considerando a complexidade da discussão podem  
626 pensar em vários encaminhamentos. Sugere encaminhar ofício em caráter de urgência para o  
627 Ministério Público, o CAOP, que até pouco estava com uma representante na reunião.  
628 **Kethelen/Terra de Direitos:** Afirma que enquanto não resolverem a questão, a comunidade não  
629 recebe a terra e todos sabem o que significa território para uma comunidade. A comunidade  
630 quilombola está em uma área fora do território e precisam dessa concessão para voltar.  
631 **Encaminhamentos:** ofício em caráter de urgência para o Ministério Público, o CAOP, que até  
632 pouco estava com uma representante na reunião; em caráter de urgência ofício a SESP, Força Verde,  
633 IAT para fiscalizar e investigar a retirada ilegal de madeira na localidade. **Kethelen/Terra de**  
634 **Direitos:** traz outra questão, referente ao estado do Paraná, afirma que o mesmo ainda não se mexeu  
635 para fazer a regulamentação do artigo 68 da DCP aqui, já soltaram o decreto, já voltaram atrás no  
636 decreto para um grupo de trabalho que deve realizar a normativa e nunca sai. Por não ter uma  
637 regulamentação do Estado de como fazer a sessão de áreas públicas, sejam elas afetadas ou não,  
638 eles tem esses problemas. A forma como vai ser passado a comunidade é por ter uma lei federal que  
639 regulamenta a questão, se não a comunidade ia ficar sem acesso ao território, sendo que poderia  
640 estar sendo efetuada, não é exclusivo só desse território, estão começando a fazer estudos ali e vão  
641 ver que muitas são devolutas estaduais ou federais. Como acontece em toda a região do Vale do  
642 Ribeira, e João Surua. Eles tem uma área lá para sair e já estão a quatro anos na mesma ladainha,  
643 por não querer desintruzar, porque não quer indenizar, pois não tem normativa nesse sentido,  
644 enquanto o estado não se mobiliza, não faz o mínimo, as comunidades que estão lá seguem sendo  
645 pressionadas, pois os intrusos que estão lá querem levar vantagem para sair, acham que tem que ser  
646 indenizados das coisas, eles tem problemas assim em quase todos os territórios com essas  
647 características. **Laysmara/Povos de Terreiro:** pede que com relação a isso eles façam um terceiro  
648 encaminhamento, que seria um GT para que a minuta seja feita, um GT composto por Terra de  
649 Direitos, Secretarias e representações quilombolas para sentar e escrever esse documento.  
650 **Kethelen/Terra de Direitos:** afirma que já tiveram um passo significativo no estado com a adesão  
651 da Política Nacional de Gestão Territorial, e um dos eixos dela é o acesso ao território. Poderia ser a  
652 partir daí também o desenvolvimento dessa normativa que fizesse jus a complexidade das  
653 formações territoriais quilombolas, mas eles ainda tem as questões de competências, faz alguns  
654 anos que jogam de uma secretaria a outra. **Secretaria Executiva/Hayanne Iovanovitch:** sugere  
655 envio de ofício a SEMIPI e a SUDIS solicitando o GT. **Laysmara/Povos de Terreiro:** afirma que  
656 precisam pensar a respeito da fundação da associação e questiona a Kethelen Se ela teria uma  
657 sugestão. **Kethelen/Terra de Direitos:** sugere chamar uma reunião com as quatro associações, com

658 a SUDIS, SEAB e demais órgãos para fazer a mediação. As outras três associações estão apenas  
659 aguardando a data para fazer a fundação, mas quando sai o edital sem uma delas fica complicado,  
660 então precisam ter o indicativo de democraticamente tentar uma forma de fazer o processo dar  
661 certo, com abertura para outras possibilidades seja por meio de um CNPJ ou uma pessoa jurídica  
662 para receber as áreas. Ou podem ver outras formas do estado passar não para as comunidades, mas  
663 para o INCRA poder fiscalizar a região enquanto não se resolve. **Rosemary/Quilombola:** afirma  
664 que há uma problemática, pois o INCRA está muito devagar, pois há diversos áudios da liderança  
665 fazendo afirmações serias sobre o órgão que poderia dar prisão e não fazem nada, é de se notar que  
666 tem pessoas grandes por trás disso para que ele possa falar contra o INCRA e contra a FECOQUI.  
667 **Kethelen/Terra de Direitos:** afirma que o cenário é esse, ela enquanto advogada e quilombola que  
668 assessora as outras comunidades, agora o que pode dizer é que precisam reestabelecer o canal de  
669 comunicação com as lideranças de lá e talvez o conselho seja esse caminho pois podem vê-lo como  
670 mais neutro. Tem o Mussi que estava nas reuniões e eles respeitavam, o Roland também participou  
671 de algumas reuniões, mas quando eles pediram para que eles intermediassem a posição foi que não  
672 veriam problemas em ser fora do território, eles precisam que estejam lá para ajudar e não  
673 atrapalhar. Talvez pode ser por uma falta de conhecimento da complexidade das questões em voga,  
674 pois não era só sobre o local, mas as disputas ali instauradas. Quando chamaram atenção do Roland  
675 e do Mussi afirmaram que Gramadinho era a causa, não sabe qual o diálogo que ocorre  
676 paralelamente, mas as três comunidades juntas entendem que tem que ser feito dentro do território,  
677 até mesmo dentro da área do Arroio Claro, com a montagem de um barracão para realizar, mas não  
678 querem fazer na cede do município, pois não tem relação com a questão. **Encaminhamento:** ofício  
679 a SUDIS para que se responsabilize em marcar uma reunião com todos os setores envolvidos  
680 CEPCT, Terra de Direitos, INCRA, SEMIPI, Dr. Henrique, MP, PF e comunidades para fazer uma  
681 resolução da situação. **Professora Clemilda/SEMIPI:** afirma que o responsável pela questão  
682 territorial no Paraná é a SUDIS, quem trabalha com a questão de conflito territorial é a SUDIS.  
683 **Jean/Quilombola:** questiona se tem como fazer o rastreamento e a identificação dos responsáveis  
684 pela extração ilegal no local. **Kethelen/Terra de Direitos:** fala que sim, tem como georreferenciar,  
685 fiscalizar a região e muitas outras ações. **Laysmara/Povos de Terreiro:** afirma que o  
686 encaminhamento tem que ser direcionado a SUDIS, que é responsável pela questão, também com  
687 urgência com a responsabilização por chamar o GT e confeccionar a normativa o mais rápido  
688 possível. **Encaminhamento:** envio de ofício a SUDIS e SEMIPI para que tome a iniciativa de  
689 fundar um GT, incluindo Terra de Direitos, associações quilombolas, CEPCT e demais órgãos de  
690 estado com o objetivo de confeccionar a normativa de regularização dos territórios quilombolas por

691 parte do Estado do Paraná. **Kethelen/Terra de Direitos:** sugere encaminhamento a SEJU para tratar  
692 das ameaças e do risco que as comunidades vêm sofrendo no território, até para monitorar o próprio  
693 Pocinho quando eles voltaram, pois vão ficar na área de tensão. Já estão inserindo a comunidade no  
694 programa de proteção federal, pois o estado não tem. **Encaminhamento:** ofício para SEJU  
695 avisando das ameaças e riscos existentes na região. **Pauta 20 – construção UBS quilombo**  
696 **Adelaide. Rosemary/Quilombola:** relata que tinha UBS no Quilombo de Adelaide, sempre teve.  
697 Eram três cômodos para atender cinco mil pacientes, atende também de um bairro vizinho e de  
698 outra comunidade também vizinha, porém o prefeito da gestão anterior fechou após solicitação do  
699 ministério público pela construção de uma UBS que desse um atendimento de maior qualidade às  
700 comunidades. O prefeito enrolou e nada foi feito, encostaram as três comunidades na UBS de outro  
701 bairro e sobrecarregou a unidade. **Encaminhamento:** ofício solicitando à secretaria municipal de  
702 saúde de Palmas solicitando a construção da UBS no Quilombo de Adelaide. **Pauta 21 –**  
703 **construção escola municipal São Sebastião. Rosemary/Quilombola:** explica que a escola  
704 municipal São Sebastião é a pioneira do quilombo, a primeira escola dentro da comunidade, é  
705 municipal. Também foi fechada devido a uma negociação entre gestão e lideranças quilombolas,  
706 mas era pra ser fechada por apenas dois anos, os funcionários e alunos foram levadas para outra  
707 escola municipal o que causou mais um caso de superlotação. É uma escola que carrega a história  
708 do quilombo e tem um valor afetivo para a comunidade. **Encaminhamento:** ofício para a secretaria  
709 municipal de educação de Palmas solicitando a reconstituição da Escola e CMEI São Sebastião.  
710 **Pauta 22 – asfalto na rua principal de acesso a comunidade Castorinho Maria da Conceição.**  
711 **Rosemary/Quilombola:** relata que há um calçamento bem antigo na comunidade que agora tem  
712 muita lama, com vários buracos, e tem muita dificuldade com a mobilidade da comunidade.  
713 Fizeram o asfalto até a entrada da propriedade vizinha, mas falta na estrada principal da  
714 comunidade. A comunidade chegou a fazer manifestação, mas não resolveram. **Encaminhamento:**  
715 ofício a prefeitura de Palmas solicitando que encaminhe ao órgão responsável a pavimentação da  
716 estrada na comunidade, indicar no documento que o conselho está ciente das manifestações da  
717 comunidade e está acompanhando a demanda. **Laysmara/Povos de Terreiro:** cabe mencionar que a  
718 propriedade privada ao lado recebeu a pavimentação e a comunidade não. **Pauta 23 – solicitação**  
719 **de respeito a CPLI e de segurança no quilombo de Palmas. Rosemary/Quilombola:** explica que  
720 necessitam de maior atenção das entidades responsáveis para monitorar as pessoas que invadem o  
721 quilombo, entram e saem na hora que querem, e ainda pedem indenização para sair. Esses intrusos  
722 cometem distúrbios dentro do quilombo, a caso de estupros, perturbação de sossego, vandalismo,  
723 cometem desmatamento. Relata que o próprio poder público desmata, que o setor imobiliário

724 desmata para construir condomínios na região, e um apoia o outro. **Encaminhamento:** ofício a  
725 prefeitura solicitando atenção especial às comunidades quilombolas da região quanto a segurança,  
726 ainda respeito ao protocolo de consulta; ofício ao MP para investigar as violações de direitos na  
727 comunidade: racismo ambiental e crimes contra a dignidade sexual, tráfico de drogas, aliciamento  
728 de menores, invasões no território; ofício a SESA e assistência social do município para tratar  
729 usuários de droga na região e, para o mesmo fim, ofício ao NUCID, para tratar dos não  
730 quilombolas, e ao NUIPER para tratar dos quilombolas. **Laysmara/Povos de Terreiro:** solicita o  
731 levantamento do número dos ofícios sobre a questão, pois já é a segunda ocorrência sobre a região e  
732 não tiveram resposta. **Pauta 24 – Duplicação PR 407. Laysmara/Povos de Terreiro:** explica que  
733 receberam uma comunicação a respeito da consulta, a concessionária solicitou que o ofício  
734 encaminhado a eles seja também encaminhado ao IAT para dar início aos procedimentos.  
735 **Conceição/Caiçara:** relata que a comunidade foi visitada, fizeram um cadastro da concessionária e  
736 ela os informou que ali a população é Caiçara e está presente a muitos anos no local, sobrevivendo  
737 de vendas na beira da estrada. Visitaram, fizeram o cadastro e prometeram fazer uma reunião com a  
738 comunidade, a Dra. Camila do NUIPER se comprometeu a fazer uma reunião com a comunidade e  
739 estão aguardando para saber se vão receber indenização. Estão preocupados com as consequências  
740 da duplicação, pois precisam pensar na quantidade de caminhões que vão passar a usar, precisa ter  
741 uma passarela, também se preocupam com o desmatamento da região e com a grilagem na beira da  
742 estrada o que acarreta em vários riscos para comunidade. **Encaminhamento:** oficiar o IAT para dar  
743 início a CPLI na comunidade Caiçara a ser atingida pela duplicação da PR407; ofício a DPE para  
744 fazer o acompanhamento e reuniões com a comunidade a respeito da CPLI; comissão de  
745 acompanhamento: Conceição, Suelly, Ellen e Prof. Clemilda. **Pauta 18 – solicitação de**  
746 **informações da comunidade de Paranaguá sobre invasões no território Caiçara.**  
747 **Conceição/Caiçara:** fala que na região de Paranaguá vem acontecendo invasões a muito tempo, os  
748 moradores querem uma justificativa do porque os órgãos responsáveis não fiscalizaram, é na região  
749 de Valadares no Manguezal. **Encaminhamento:** procurar ofício enviado anteriormente sobre o  
750 assunto; Conceição ficou de trazer mais informações, fotos, local, para ter um encaminhamento na  
751 próxima reunião. **Laysmara/Povos de Terreiro:** sugere que solicitem a contribuição de Aurélio no  
752 levantamento das informações para da materialidade ao pedido. **Pauta 19 – Mutirão Artesanato.**  
753 **Suelly/Cipozeira:** fala que faz parte da associação de artesãos e a maioria não tem carteirinha, estão  
754 solicitando que façam para elas. **Encaminhamento:** oficiar Coordenação Artesanato para fazer  
755 mutirão na comunidade de cipozeiros em Paranaguá, cerca de 32 artesãos. **Pauta 25 - Relatório**  
756 **das Secretarias sobre as políticas de PCT's. Misael/Ilhéu:** fala que eles não tem conhecimento

757 das políticas ou projetos de secretarias do estado voltadas ao povos e comunidades tradicionais.

758 **Encaminhamento:** Oficiar todas as Secretarias para informar quais programas, projetos e políticas

759 de PCT tem na secretaria. **Pauta 31 – participação PCT no Comitê Interinstitucional de**

760 **Enfrentamento da Violência contra a Mulher. Laysmara/Povos de Terreiro:** explica que

761 tomaram conhecimento da existência desse comitê dentro da SEMIPI, com várias secretarias.

762 Tiveram recentemente um relato de violação a mulheres quilombolas, assim como ouviram uma

763 série de relatos sobre mulheres ciganas, a solicitação é que elas façam parte desse grupo para que

764 haja uma atendimento mais específicos a suas demandas. Não é uma solicitação que trata as

765 mulheres PCT's como mais importante, mas que aponta que há especificidades das mulheres dos

766 seguimentos que não são debatidas pelos órgãos institucionais, questões de feminicídio, violência

767 intrafamiliar, de gênero, com relação a política. **Encaminhamento:** envio de ofício ao comitê

768 solicitando que o CEPCT seja convidado a participar da próxima reunião para apresentar suas

769 questões e que seja efetivada a participação do conselho no Comitê. **Pauta 32 – alinhamento de**

770 **procedimentos e linguagem entre SEMIPI e conselheiros. Laysmara/Povos de Terreiro:** explica

771 que é uma linha similar aos outros pontos, relativa as especificidades dos seguimentos e problemas

772 de comunicação. Houve uma situação sensível no intervalo de uma reunião pra outra, pois, foi

773 tirado como encaminhamento a necessidade de começar o procedimento para o acompanhamento da

774 CPLI da PR 405. Na comunicação foi entendido que deveriam ser executada a consulta. Esse erro

775 de comunicação fez que conselheiros viajassem com suas custas para visitar vinte três comunidades

776 em nove dias. Fizeram um relatório, foi um esforço muito grande, com um dispêndio de tempo e

777 disposição enorme de dias de trabalho por Jean, Claudio e Marcelino. Agora precisam resolver a

778 questão do custo de quase dez mil reais de transporte e precisam ser ressarcidos. Isso implica numa

779 questão institucional, pois eles não podem arcar com esses custos, inclusive visitaram comunidades

780 indígenas que não estão no escopo do conselho, mas são atendidos pela SEMIPI. Eles entendem que

781 esse esforço realizado é do interesse do estado, atende ao interesse da SEMIPI pois estes

782 conselheiros fizeram este levantamento detalhado. Por outro lado também fala do preconceito

783 linguístico que ainda ocorre com relação aos PCT's. Sabem que muitos de seus companheiros não

784 são letrados, muitos tem dificuldades de entendimento de textos formais, de textos jurídicos que

785 usam linguagens em forma de hierarquização. Isso não pode acontecer dentro da secretaria e

786 precisam unificar e reorganizar algumas questões dentro da SEMIPI. Precisam tratar os três

787 conselhos da pasta dentro das especificidades dos seguimentos, precisam ter o tratamento adequado

788 de linguagem. Conversou com a Hayanne do dia anterior a respeito de enviar áudios para explicar

789 os documentos que são enviados nos grupos. Estão pensando em como vão melhorar a comunicação



790 interna deles e a SEMIPI deve ter em sua comunicação com os conselheiros a preocupação de levar  
791 a mensagem para fácil entendimento dos membros do conselho. Falam a todo momento de  
792 protocolo de consulta e especificidades, mas como estão em um meio institucional parece que  
793 muitas vezes essas conduções não são feitas a eles enquanto atores do processo. Estão discutindo  
794 novas práticas para que ações mais efetivas sejam tomadas a respeito, relata que a secretaria tem um  
795 conselho de idosos e os PCT's não tem um envelhecimento saudável, as mulheres são vítimas de  
796 violência, precisam que os cinco conselhos os contemplem e a secretaria os escute. Eles tem  
797 conseguido participar em muitos momentos, mas ainda há uma invisibilização o que coloca os  
798 conselhos em uma situação deplorativa. **Prof. Clemilda/SEMIPI:** fala que se preocupa com o  
799 relato, explica que foi feito um trabalho de levantamento sem planejamento e comunicação ao  
800 ordenador de despesa da SEMIPI. **Secretaria Executiva/Hayane Iovanovitch:** explica que chegou  
801 uma demanda ao conselho, pois, vai ser feito o processo de consulta na região da rodovia 405, eles  
802 solicitavam o levantamento das comunidades na área. Foi encaminhado a comissão de  
803 acompanhamento e acordado que três conselheiros ficariam responsáveis por passar nas  
804 comunidades essa informação, aprovado em ata. Foi encaminhado uma mensagem pelo celular da  
805 coordenação aos três conselheiros a partir do que foi decidido em plenária, solicitando a eles essa  
806 informação de quais as comunidades que tinham na região, eles entenderam que precisavam ir até  
807 as comunidades pegar as informações, e foram sem comunicar com antecedência.  
808 **Claudio/Quilombola:** fala que entenderam que seriam ressarcidos pelos gastos. Secretaria  
809 **Executiva/Hayane Iovanovitch:** aponta mais uma problemática, pois, está desde o ano passado  
810 explicando sobre o decreto do sistema Central de Viagens, os procedimento que precisam ser  
811 seguidos. Mas os conselheiros foram realizar a viagem e no retorno passaram as informações da  
812 solicitação, isso gera um problema pois já fechou a central de viagens de junho, não há como  
813 solicitar a viagem agora em agosto. Pede aos conselheiros que se atentem aos prazos de solicitação  
814 de viagem, fala que quando reconhece uma inconsistência na solicitação liga para perguntar ao  
815 conselheiro. Mas frisa que de jeito algum podem solicitar uma viagem após ser realizada, se há  
816 algum imprevisto e acabam pedindo um ou dois dias depois até dá para conversar, mas no caso duas  
817 semanas depois foram feitas as solicitações dessa forma não tem como. **Encaminhamento:** Oficiar  
818 a SEMIPI para resolver a questão junto com DER, já que se trata de uma demanda do mesmo.  
819 **Professora Clemilda/SEMIPI:** fala da importância de que as viagens sejam comunicadas com  
820 antecedência e de passar pelo conselho, pois precisam de subsídio e tempo para aprovação. As  
821 viagens que atendem a demanda do conselho e, conseqüentemente, que se encaixam na demanda da  
822 secretaria, assim como as que podem colaborar na construção de política pública têm muita chance

823 de ser aprovada, mas precisa ser com antecedência. **Laysmara/Povos de Terreiro:** fala que  
824 compreendem essas questões, mas agora precisam relatar a questão e informar tanto a SEMIPI,  
825 quanto o DER que isso é de interesse dos dois setores, então não é um trabalho perdido, os três  
826 conselheiros não foram a passeio. Fizeram um trabalho gigantesco que passa por outras pautas  
827 como questões de mapeamento, georreferenciamento, levantamento sociodemográfico, fizeram todo  
828 um trabalho que vai facilitar nessas comunidades, nessa região, toda a questão que eles tem  
829 debatido pela manhã. Estão andando em círculos desde fevereiro e não conseguem resolver, esse  
830 processo custa dinheiro e precisa estar evidente nesse documento que houve uma questão de  
831 comunicação, mas aconteceu e não é trabalho perdido. Reforça a questão do alinhamento, dos  
832 procedimentos e linguagem, pois não é a primeira vez que acontece, na condição de presidente do  
833 CEPCT na conferência de igualdade racial ela saiu como parte da SEMIPI e recebendo uma moção  
834 de repúdio. Fala que tem vídeo e que foi acusada de racismo, em uma situação da qual não teve  
835 conhecimento da gravidade das acusações que recebeu, uma situação em que a própria secretaria  
836 mediu e falou para pessoa que fez acusações a seu respeito que ela seria silenciada, ela não foi  
837 informada disso. Ela foi embora pois o horário se estendeu do previsto, sem saber da gravidade das  
838 acusações que lhes foram feitas. Afirma que em deslocamento, no ônibus, voltando para sua casa  
839 após três dias caóticos de conferência, com vários aspectos que precisam fazer uma avaliação e  
840 traçar estratégias para que esse aparelhamento não ocorra mais, que a conferência seja de fato um  
841 lugar de construção de políticas públicas e participação da sociedade civil. Relata que esse  
842 alinhamento mencionado por ela nessas questões de linguagem e procedimento é justamente para  
843 que situações como essa não ocorram, sabem que em vários momentos há interesse para sociedade  
844 civil entrar em conflito, pois isso beneficia os interesses para que determinadas práticas sejam  
845 suprimidas. Mas há situações de conflito que ocorrem naturalmente em situações de participação  
846 social, todos já participaram de conferência e sabem que existem situações de embate, como  
847 também tem algumas dentro do próprio conselho. Reconhecem que há embate, mas não estão em  
848 situação de combate, e em uma situação na qual foi lesada, em que seu nome pessoal foi utilizado  
849 ela afirma que foi devido a forma como a situação foi conduzida, o fato de ela não saber o que  
850 estava acontecendo efetivamente, de não ter tido direito ao contraditório e a pessoa que foi procurar  
851 a secretaria para receber uma mediação afirmou que recebeu uma promessa. Eventos como esse vão  
852 continuar acontecendo se eles não se tratarem em um nível de horizontalidade, sua questão é essa,  
853 eles tem muitos problemas, várias questões. Agora precisam discutir essa questão pois envolvem  
854 dinheiro, mas eles estão tendo situações de problemas por falta desse relacionamento  
855 horizontalizado e não é de hoje, agora precisam discutir, pois há dez mil reais que precisam ser

856 ressarcidos, fora custos e não é simplesmente uma questão de erro, mas de interesses e é um custo  
857 que teriam de qualquer maneira. **Prof. Clemilda/SEMIPI:** fala que as viagens tem regras, a  
858 SEMIPI presta contas ao TCE e as regras devem ser obedecidas, isso precisa ficar muito evidente,  
859 pois não depende da vontade da SEMIPI. Existe uma estrutura, normativas, uma legislação que  
860 precisa ser cumprida. Lembra que os conselheiros sabem dos procedimentos para viagem, sabem  
861 como as viagens saem, todos tem cartão de viagem, em nenhum momento que foram solicitadas  
862 viagens pelo conselho tiveram esse pedido negado. Agora eles tem um impedimento legal, pois  
863 agiram totalmente fora de como as coisas devem ocorrer, agora precisam analisar como prosseguir e  
864 se conseguem resolver a situação. Está no estado desde 2002 e não vê muitas alternativas, mas o  
865 ordenador de despesas é o Dr. Diego e vão conversar com ele para verificar uma forma de resolver,  
866 mas não é por falta de vontade da SEMIPI, pede que não misturem as coisas. Se posiciona em  
867 relação a questão da conferência, diz que a reunião não seria o local para tratar da questão, que vão  
868 resolver em outro momento, em outra instância. **Laysmara/Povos de Terreiro:** afirma que de  
869 qualquer maneira o nome do conselho e o seu foram citados, então precisava trazer para reunião.  
870 **Kethelen/Terra de Direitos:** na sua perspectiva, quando há esse tipo de desentendimento a culpa  
871 não é de quem não entendeu, mas de quem não soube explicar. Para essas coisas deixarem de  
872 acontecer, é bom que o pessoal não pressuponha que sabe as coisas, se não entendeu, pergunta.  
873 **Secretaria Executiva/Hayanne Iovanovitch:** afirma que se eles tiverem qualquer dúvida estão  
874 sempre a disposição no telefone da coordenação. **Kethelen/Terra de Direitos:** fala que a  
875 responsabilidade do emissor não é apenas dizer o que precisa ser feito, mas explicar todo o  
876 procedimento. Então um pressupôs, o outro não explicou. Indica que precisam também estipular a  
877 forma como as coisas vão ser solicitadas, ou como eles adaptam essa linguagem para não parecer  
878 tão complicado. **Secretária Executiva/Hayanne Iovanovitch:** fala que foi uma questão discutida  
879 em plenária e aprovada por unanimidade, as três pessoas foram selecionadas em reunião, assim  
880 como a decisão de que eles deveriam levantar fazer um primeiro contato e levantar informações.  
881 Pede novamente que não realizem viagem sem que tenha a solicitação de viagem aprovada com  
882 antecedência, precisam fazer um formulário de viagem e seguir o procedimento. **Laysmara/Povos**  
883 **de Terreiro:** fala que vale para todos, inclusive gov, que nada seja realizado sem passar pelo  
884 conselho, pois até mesmo reuniões estão sendo marcadas sem passar pelo conselho. Dá o exemplo  
885 de reuniões que são marcadas e definidas sem a comunidade, precisa passar pelo aval e pela  
886 disponibilidade da comunidade, não é a agenda do governo, mas da comunidade. Se o conselho vai  
887 participar o conselho precisa estar ciente, participar do planejamento e agendamento, vale para  
888 ambos os lados, por isso frisa a necessidade de horizontalidade. Não pode ser vertical de lado

889 algum, o que aconteceu foi uma questão de desentendimento, mas também de verticalidade, de  
890 qualquer maneira estão com um baita de um problema que em termos de pauta está vencido. **Pauta**  
891 **10 – CPLI tombamento do Terreiro Cabana Pai Tomé Mãe Rosário. Laysmara/Povos de**  
892 **Terreiro:** fala que estão com a presença da vereadora Giorgia Prates e Snoopy representando o  
893 Terreiro Cabana Pai Tomé Mãe Rosário, questiona se querem apresentar a pauta. **Snoopy:** saúda a  
894 plenária e se apresenta. Fala que o terreiro foi fundado pelo Sr. Feliciano, seu pai, relata que eles  
895 vêm sofrendo a trinta anos ou mais uma perseguição, primeiro com ataques contra os pais, depois a  
896 sua religião. Passaram por uma situação de despejo, mas conseguiram permanecer. Faz dois anos  
897 que o Sr. Feliciano partiu, mas hoje eles tem a mãe, dona Tereza que tem 73 anos. Hoje estão já com  
898 a terceira geração da família mantendo os trabalhos no terreiro, desde 1985. Hoje como terreiro,  
899 como entidade, abrangem a comunidade em seu entorno, atendem a comunidade, fazem  
900 atendimento. Há todo um apoio espiritual, religioso com a comunidade, eles vem sofrendo por parte  
901 da prefeitura de Curitiba pressão para se deslocar, porem não podem fazer isso por conta do terreiro  
902 que guarda a cultura deles, cresceram dentro disso, é um terreiro de pessoas negras. Fala que está  
903 sendo utilizado o lado jurídico, político, que seria onde eles tem mais dificuldade, estão desde 87  
904 sofrendo pressões, nos anos 2000 passou a ficar mais explícito, e por volta de 2005 começaram as  
905 investidas diretas, relata que seus pais absorveram todas as demandas para não colocar o peso sobre  
906 as crianças e hoje eles carregam esse legado. Em 2014 veio a primeira ordem de despejo e  
907 começaram a fazer o trabalho junto com apoiadores, questionaram o que seria da cultura e da  
908 vivência que tiveram ali se fossem despejados, estão aqui em busca desse entendimento, desse  
909 apoio. Quer que as pessoas entendam que é a religião deles, a cultura deles, não somente dele, mas  
910 dos parentes e dos antepassados. **Vereadora Giorgia Prates:** explica que o tombamento se refere a  
911 cabana e há questões de regularização fundiária. Explica que onde a cabana está hoje é um espaço  
912 mais preservado na região, uma área de preservação. Justamente por ser um espaço de religião de  
913 matriz africana, dentro dos costumes eles preservam esse lugar, tem relação com os orixás, com o  
914 que é próprio da religião. No local é a área mais preservada que tem, por isso há uma questão  
915 ambiental envolvida também. Estão procurando o Ministério Público, o Ministério da Igualdade  
916 Racial e outros canais, é evidente que dentro do estado e do país há leis desatualizadas, pois agora  
917 precisam conseguir pontuar as questões raciais, os povos tradicionais, os povos originários tem suas  
918 questões próprias que não estão em lei. Fala que existem relatos de vinte anos atrás que fazem  
919 menção a isso, precisam balancear uma coisa com a outra, lembrar que não tem só essas leis de  
920 agora, mas outras que protegem e defendem os povos tradicionais e precisam ligar uma coisa a  
921 outra. Essa está sendo uma questão muito frequente com o município, pois há outras instâncias que

922 protegem os direitos dos povos e comunidades tradicionais e que devem ser levados em  
923 consideração. Estão nessa tentativa de negociar por município, pois a legislação local não pode ser  
924 ignorada, uma ferramenta que tem funcionado para eles é de colocar as leis de igualdade racial em  
925 voga, com as questões do meio ambiente também estão fazendo esse levantamento. Fizeram uma  
926 campanha para conseguir abaixo-assinados para manter a cabana lá, mostrar que a sociedade está  
927 enxergando isso, pois não faz sentido tirar uma família de lá que está preservando o espaço.  
928 **Laysmara/Povos de Terreiro:** questiona se há algum pedido de despejo nos terrenos vizinhos.  
929 **Vereadora Giorgia:** afirma que não, apenas a cabana está sofrendo esse incomodo, sabem que isso  
930 também está ligada a uma questão estrutural, pois é uma família de preto, é uma família de preto  
931 ocupando esse espaço em um bairro elitizado. Por isso falam que a cabana não pode sair dali,  
932 quando falam de direitos de povos e comunidades tradicionais estão falando de uma cultura de  
933 terreiro, ali tem toda uma questão com o lugar, toda uma questão que é própria da casa ali, é próprio  
934 da cultura do axé. Tirar aquele terreiro dali não seria só trocar de lugar, não teria como levar tudo,  
935 afinal tem toda uma história, nessa dificuldade do município entender essas questões e dentro da  
936 legislação se fazer entender o que é um fundamento aos povos de terreiro e comunidades  
937 tradicionais. Hoje a juíza espera um parecer do conselho de patrimônio do município, isso é  
938 necessário porque quando a questão fundiária e a de patrimônio foram colocadas uma coisa travou a  
939 outra, ficou parado na justiça, uma depende da outra. Na perspectiva deles não deveria interferir,  
940 poderiam tombar e resolver a questão fundiária depois, mas parou no processo, então hoje o que  
941 pediram foi um relatório do conselho de patrimônio dizendo que é ou não é possível, eles tem  
942 entregado vários relatórios, muitos, fizeram manifestações técnicas reconhecendo a herança cultural  
943 religiosa, eles tem essa proposta de trabalho para conseguirem ligar uma linha a outra a falar sobre  
944 uma questão só. **Pessoa??:** Afirma que o IPHAN, a Defensoria Pública, o Ministério do Meio  
945 Ambiente e vários órgãos já se manifestaram favoráveis ao registro da Cabana Pai Tomé como  
946 patrimônio cultural imaterial, é essa decisão do registro da cabana que tá sendo aguardado pela  
947 juíza, já passou para a justiça federal e também com a participação da fundação palmares fazendo a  
948 assistência técnica dela. Estava antes na justiça estadual, mas a juíza suspendeu o processo para  
949 voltar a essa análise do conselho regional de patrimônio. **Laysmara/Povos de Terreiro:** aponta o  
950 fato de ter um relatório técnico federal e a juíza está aguardando um movimento municipal.  
951 **Vereadora Giorgia Prates:** fala da dificuldade de alinhar as coisas, pois precisam fazer valer a lei  
952 federal, mas tem outras leis que precisam sair no município, então por um lado não pode tratar só  
953 esse lado, tem que tratar aqui também. Então se eles fazem o processo dessa maneira, também  
954 podem melhorar mais para frente, pois precisam ter essa visão de ligar uma coisa outra, entender

955 que tudo tem um processo que não é mais apartado, não tá separado, está tudo numa linha só. Fala  
956 que ainda não conseguimos como estado, país ou município conectar as leis que preservar as duas  
957 questões, tanto a questão religiosa, de comunidades de terreiro, comunidades originárias, de  
958 quilombo que estão intrinsecamente ligados com a preservação do meio ambiente, os lugares que  
959 temos hoje preservados é onde estão essas populações, não há como ignorar isso. **Misael/Ilhéus:**  
960 questiona se eles usaram a lei ambiental do estado desde 2012, que versa sobre áreas consolidadas,  
961 o que estava implantado dentro de APP antes de 12 de julho de 2008, são áreas consolidadas.  
962 **Pessoa??:** fala sobre as áreas de preservação ambiente, que quando a região do terreiro foi  
963 considerada uma área de preservação a família já estava no local e isso foi ignorado no processo, a  
964 presença da família anterior de uma constituição formal de uma área de preservação ambiental não  
965 foi levada em conta. **Vereadora Giorgia Prates:** pede ao conselho colaboração no sentido de trazer  
966 uma manifestação favorável do conselho municipal. **Ellen/SEEC:** escreve por meio do chat “foi  
967 localizado um protocolo aberto em 2020 solicitando o tombamento ao IPHAN, e que passou pela  
968 Secretaria da Cultura – Coordenação de Patrimônio Cultural, talvez este documento contribua  
969 devido o seu histórico para reafirmar que outros profissionais foram favoráveis ao tombamento.  
970 Sugiro verificar se houve algum encaminhamento neste protocolo junto ao IPHAN e caso não  
971 tenha, que ele faça parte desta nova solicitação para comprovar que não é uma solicitação recente”.  
972 **Encaminhamento:** manifestação do conselho favorável ao registro a ser enviada ao Conselho de  
973 Patrimônio. Enviar ofício a Coordenação de Patrimônio Cultural da SEEC, solicitando manifestação  
974 da mesma a respeito. Ofício ao prefeito e a SEMA manifestando apoio. Encaminhar cópias ao  
975 terreiro. **Laysmara/Povos de Terreiro:** questiona ao Misael se seria um caso de CPLI.  
976 **Misael/Ilhéu:** se manifesta favoravelmente, pois todo processo que envolve PCT’s precisa vir com  
977 a consulta. Como a APA é anterior a OIT 169, mas o ideal é que eles deveriam ser consultados antes  
978 de tudo. Foi o caso deles, pois a APA foi em 97, então não conseguiram evitar. **Kethelen/Terra de**  
979 **Diretos:** comenta de um caso em São Paulo em que a juíza revogou a sobreposição do parque a  
980 comunidade, mesmo sendo um ato jurídico dá para alegar. **Encaminhamento:** solicitar processo de  
981 CPLI no terreiro com o acompanhamento do CEPCT, tanto para prefeitura, quanto para juíza.  
982 **Snoopy:** afirma que não estão buscando uma guerra com a prefeitura, e sim uma parceria e o direito  
983 deles. **Kethelen/Terra de Direitos:** fala que a Fundação Palmares propôs um acordo para que a  
984 família permaneça, pois a família tem um impacto ambiental mínimo. **Vereadora Giorgia Prates:**  
985 fala que têm algumas propostas nesse sentido, de não modificar nada no terreno e manter a família  
986 ali. **Kethelen/Terra de Direitos:** fala que é uma questão de racismo religioso, ambiental e várias  
987 coisas. Pois já viram questões de regularização de moradia em vários lugares, nova esperança foi

988 isso. O que parece para ela é por ser terreiro. **Laysmara/Povos de Terreiro:** afirma que vale para o  
989 entendimento da plenária mais esse exemplo tão latente das especificidades dos povos de terreiro e  
990 da necessidade de um protocolo de consulta, então acredita que assim todos podem entender porque  
991 é tão específico. Não adianta fazer um acordo para tirar um “daqui” e colocar “ali” porque isso  
992 impacta diretamente no território, na prática tradicional, então não é simplesmente uma questão do  
993 terreiro, mas de todas as outras relações que estão presentes nessa moradia, nessa casa e em relação  
994 a essa família que está lá. É um ponto até para solicitar aos presentes para que eles consigam ter um  
995 entendimento futuro e os ajudem a pensar o protocolo, acredita que é importante colocar o terreiro  
996 em consulta prévia e informada de imediato, tem um protocolo de região de Curitiba e região  
997 metropolitana e podem acionar esse grupo para acompanhar. A prefeitura não pode tomar decisões  
998 que impactem a comunidade sem consultá-la. Afirma que dentro do protocolo podem determinar  
999 que as reuniões com a prefeitura precisam ser no território, não precisam se deslocar. **Snoopy:** pede  
1000 desculpas por se emocionar, pois é da tradição deles, nascem, crescem e morrem vivendo isso, essa  
1001 guerra, essa luta. Seus antepassados, avós e bisavós, agora seus pais, agora ele, afirma que seus  
1002 filhos, seus netos e sua mãe estão lá. Questiona até quando vão precisar brigar por isso, estão  
1003 cansados de ser tratados assim. Afirma que hoje as coisas mudaram muito, está com seus quarenta e  
1004 cinco anos e hoje consegue ver mais preto se destacando, televisão, rádio, jornal e quando era  
1005 pequeno não via isso, eram visto apenas como marginais. Hoje ele vê pretos protagonizando  
1006 novelas, reporteres, jornalistas, bons políticos, querem apenas igualdade e respeito, somente isso. Se  
1007 emociona, pois viu seu pai brigando, agora ele está na luta e seus filhos também já estão entrando,  
1008 questiona até quando, pois está tudo certo, todos estão a favor menos um órgão. Afirma que seus  
1009 pais não fizeram nada de errado, pelo contrário ajudaram, quando chegaram seus pais curaram  
1010 muitas mazelas com os atendimentos, coisas que o médico e o postinho não consegue curar, mas  
1011 seus pais com os atendimentos conseguiram. Então é uma contribuição para sociedade que eles  
1012 fizeram, questiona novamente por que a discriminação, por que a briga. Hoje o terreiro tem filhos  
1013 que fazem trabalhos em outras comunidades, que seguem, precisa olhar as coisas tudo do mesmo  
1014 nível, não tem ninguém mais e ninguém menos. **Laysmara/Povos de Terreiro:** agradece a presença  
1015 de todos, todas e finaliza a reunião às 16:22h. Esta ata foi redigida por Ge Figueiredo, estagiária, e  
1016 revisada por Hayanne Iovanovitchi, Coordenadora de Povos e Comunidades Tradicionais do  
1017 Paraná.